



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO/SETE/ Nº ____/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXXXXX. PROCESSO Nº	CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ACRE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO E A EMPRESA XXXXXXX.
---	--

O Governo do Estado do Acre, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.127.442/0001-45, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 460 – Bairro: Base, Cep: 69.900-046 – Rio Branco – Acre, neste ato representado por seu Secretário o Senhor **MARCELO MESSIAS DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 190900 SSP/AC, inscrito no CPF sob nº 359.280.692-00, residente e domiciliado a Estrada do Calafate nº 2685, QJ L 8, Swiss Park - Calafate, Rio Branco-AC, nomeado através do Decreto nº 2.122-P, de 1º de março de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.484, de 02 de março de 2023, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **XXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n.º **XXXXXXX**, inscrição estadual nº **XXXXXXX**, endereço **XXXXXXX**, neste ato representada por seu proprietário, o Sr. **XXXXXXXXXX**, RG **XXXXXX** SSP/ e CPF nº **XXXXXXXXXX**, Tel: **XXXXXX**, e-mail: **XXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº **XX/2026**, Processo SEI nº **XXXXXX**, homologada pela autoridade competente, realizada nos termos da Lei nº 14.133, e alterações, Decreto nº 11.363/2023, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de preços para contratação de Pessoa Jurídica para a futura e eventual prestação de serviços de confecção, fornecimento, impressão e acabamento de material gráfico e correlatos, bem como itens institucionais de comunicação visual, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo - SETE.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor deste contrato é de **R\$ (xxxxxxx)**, conforme itens abaixo relacionados.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. CONS.	QUANT. REG.	V. UNIT.	V. TOTAL
------	-----------	---------	--------------	-------------	----------	----------



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

1	Adesivo vinil perfurado em impressão digital colorido e aplicado em local determinado.	m ²	950	1.000		
2	Adesivo vinil em impressão digital colorido e aplicado em local determinado.	m ²	800	1.000		
3	Adesivo 8x8cm com QRCode - formato de panfleto, tamanho A5, papel fotográfico.	UND	300	350		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

4	Backdrop: Painel de lona vinílica; acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm; Tamanhos: 4m x 2m. Colorido 4x4 cores, conforme o solicitado pelo órgão demandante. Arte fornecida pela Assessoria de Comunicação. Base em Material: Estrutura metálica. Acabamento: Zincado;	UND	15	20		
---	--	-----	----	----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

5	Backdrop: Painel de lona vinílica; Acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm; Tamanhos: 3m x 2m. Colorido 4x4 cores, conforme o solicitado pelo órgão demandante. Arte fornecida pela Assessoria de comunicação. Base em Material: Estrutura metálica; Acabamento: Zincado;	UND	15	20		
6	Bloco personalizado - Formato: 18 x 10 cm; impressão offset, capa em papel tríplex 300g 4x1 - miolo com 100 folhas em Papel offset 90g/m²; e fundo reticulado - 1x1. Acabamento com wire-o.	UND	2.000	2.500		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

7	Cartilha. Formato fechado: 21cm x 15,0cm. Formato aberto: 21cm X 30cm Cor: 4/4 Papel: couchê fosco 170g/m2 Quantidade de páginas: até 20. Acabamento: Canoa (grampo) com saída em fotolito digital com 300dpi.	UND	2.000	2.500		
8	Cartilhas med. 15x21 fechada, Capa papel couchê 150g, impressão 4x4, miolo papel couchê 115g 4x4 cores com até 12 páginas (saída em fotolito).	UND	800	1.000		
9	Cartilhas med. 15x21 fechada. Capa papel couchê 150g, impressão 4x4. Miolo papel couchê 115g 4x4 cores com até 30 páginas (saída em fotolito).	UND	800	1.000		

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

10	Cartilhas med. 15x21cm fechada. Capa papel couchê 150g, impressão 4x4. Miolo papel couchê 115g 4x4 cores de 40 a 60 páginas (saída em fotolito).	UND	800	1.000		
11	Cartão de Visita. Formato: 5,0 X 9,5cm. Tipo de papel: supremo 250 g/m². Quantidade de cores: 4X4. Acabamento: corte reto. Tipo de impressão: offset.	UND	4.500	5.000		
12	Cartão de Visita, em PVC, formato 5,5 x 9,5cm, 4/0 cores.	UND	4.500	5.000		
13	Cartaz em papel cartão, formato A1 impressão offset, colorido	UND	4.500	5.000		
14	Cartaz em papel cartão, formato A2 impressão offset, colorido	UND	800	1.000		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

15	Cartaz em papel cartão, formato A3 impressão offset, colorido.	UND	800	1.000		
16	Cartaz formato A2 em papel couchê 150gr impressão 4x0.	UND	1.500	2.000		
17	Certificado - Formato: 21 x 29,7cm. Tipo de papel: couchê fosco 230g/m2. Quantidade de cores: 4x1, impressão: offset. Fotolito em 300 dpi.	UND	1.000	1.500		
18	Certificado impressão em papel sulfite 180g 4x0 cores, medindo 25cm x19cm. Personalizado conforme layout fornecido pela SETE,	UND	1.000	1.500		
19	Crachá em papel cartão 180g, med.14x10cm, com logomarca e arte conforme o evento, colorido, com cordão de nylon colorido.(min.100unid.)	UND	1.000	1.500		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

20	Caderneta Pequena Ecológica, capa dura, medindo 9x14 cm, personalizada.	UND	1.100	1.500		
21	Canetas personalizadas, de metal, cores variadas, cor da tinta azul e preta, fechamento retrátil, tipo de ponta média	UND	800	1.000		
22	Crácha de PVC. Em cores, medindo 8,6x5,4cm, com furo frontal.	UND	800	1.000		
23	Crácha de PVC com cordão, colorido, medindo 8,6x5,4cm, furo frontal, cordão personalizado com suporte, tamanho 85x2cm.	UND	800	1.000		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

24	Credencial em papel couché 300g, Impressão: colorida só frente ou frente e verso. Dimensões: 8 x 12 ou 9 x 13 ou 10 x 14cm Laminação: sem laminação ou fosca.(a partir de 100und)	UND	1.500	2.000		
25	Canetas ecológicas de papelão com detalhes plásticos, carga esferográfica azul ou preta acionamento por clique. PERSONALIZADO!	UND	800	1.000		
26	Display/mesa - Placa de acrílico cristal 3 mm de mesa, medindo 16 x 8,5 cm. em formato L, vertical, com bolso, levemente inclinado.	UND	80	100		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

27	Encadernação em formato A4, com espiral e capa (frente e verso) transparente. Papel 75g, liso.	UND	80	100		
28	Encadernação em formato A4, capa dura (de 1 a 1000 unidades). Papelão 200g, colado na lombada, costurado em bloco.	UND	80	100		
29	Etiquetas/tags de identificação, tamanho 6cmx4cm, em papel reciclado.	UND	5.000	5.500		
30	EcoBag- sacolas em tecidos ecologicos, tamanho 33 de largura e 39 de altura personalizada. Conforme modelo fornecido pelo órgão solicitante.	UND	800	1.000		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

31	EcoBag- sacolas em TNT com Alça 35x26,9 personalizada. Conforme modelo e Arte fornecido pelo órgão solicitante.	UND	800	1.000		
32	Envelopamento total de veículo - em impressão digital colorido. Na cor e modelo fornecido pelo órgão	m2	250	300		
33	Envelopamento parcial de veículo - em impressão digital colorido. Na cor e modelo fornecido pelo órgão.	m2	250	300		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

34	<p>FAIXA ADESIVA E IDENTIFICAÇÃO PORTAS DE VIDRO Colorido 4x4 cores, de acordo com o Manual de Identificação. Cores: sem limitações, conforme layout fornecido pela Secretaria de Comunicação. Tamanho: 2m de comprimento x 15 centímetros de altura, podendo variar em até 20% para mais ou para menos.</p> <ul style="list-style-type: none">Material: película vinílica com impressão digital (Mín. 1440 dpi).Acabamento: Recortado conforme layout.Produto: Adesivo vinílico autocolante.Cores: Sem limitações, de acordo com o Manual de Identificação.Fixação: após <p>Vinil adesivo impresso, o</p>	UND	130	150	
----	--	-----	-----	-----	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

35	Folder Formato: A4. Tipo de papel: couchê brilho 115g/m2. Tipo de impressão: offset. Quantidade de cores: 4x4. Saída em fotolito ou CTP com 300 dpi. Acabamento: 2 (duas) dobras.	UND	4.500	5.000		
36	Folder Formato: A4. Tipo de papel: couchê brilho 150g/m2. Tipo de impressão: offset. Quantidade de cores: 4x4. Saída em fotolito digital com 300dpi ou CTP. Acabamento: 2 dobras.	UND	4.500	5.000		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

37	Folder Formato: A6 (40x22cm).Tipo de papel: couchê brilho 115g/m2. Tipo de impressão: offset.Quantidade e de cores: 4x4. Saída em fotolito ou CTP com 300 dpi. Acabamento: (de 1 a 3 dobras).	UND	4.500	5.000		
38	Folder Formato: A6 (40x22cm).Tipo de papel: couchê brilho 170g/m2. Tipo de impressão: offset. Quantidade de cores: 4x4. Saída em fotolito ou CTP com 300 dpi. Acabamento: (de 1 a 3 dobras).	UND	4.500	5.000		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

39	Folder Formato: A3. Tipo de papel: couchê brilho 150g/m2. Tipo de impressão: offset. Quantidade de cores: 4x4. Saída em fotolito com 300 dpi ou CTP. Acabamento: de 1 a 3 dobras.	UND	4.500	5.000		
40	FLYER - Formato 16, 4x4 cores, Papel couchê 115 g/m2.	UND	4.500	5.000		
41	FLYER - Formato 16, 4x4 cores, Papel couchê 170 g/m2.	UND	4.500	5.000		
42	FLYER - Formato A4, 4x4 cores, Papel couchê 115 g/m2.	UND	4.500	5.000		
43	FLYER - Formato A4, 4x4 cores, Papel couchê 170 g/m2.	UND	4.500	5.000		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

44	Impressão de pasta institucional personalizada, com Bolso na parte interna personalizado. Formato 31x44 cm, papel tripex 300g 4x1.	UND	1.800	2.000		
45	Impressão de Ventarolas de papel personalizadas e coloridas frente e verso med. 21x29,7cm, papel tripex 280g 4x4 e corte personalizado.	UND	2.000	3.000		
46	Impressão de fotografia Impressão de fotos profissional, revelação em papel profissional fosco/brilho ou similar 30X40	UND	40	50		
47	Lona vinil em impressão digital colorida 440g.	m2	80	100		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

48	Lona vinil em impressão digital colorida com estrutura metálica em metalom 20x30 na chapa 18#	m2	80	100		
49	Lona vinil em impressão digital colorida com acabamento em ilhóis em lona 44g	m2	80	100		
50	Lona vinil 280g em impressão digital colorido para banner com acabamento madeirinhas e ponteiros	m2	80	100		
51	Lona vinil para faixa 280g em impressão digital colorida com acabamento e madeirinhas	m2	80	100		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

52	LETRA DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC (EXTERNO) • Material: PVC 6mm • Tamanho das letras: Conforme o Manual de Identificação. • Formato das letras: a fonte deverá seguir o layout conforme o Manual de Identificação. • Fixação das letras: o fornecedor deverá se responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme indicação no layout.	m ²	300	350		
----	---	----------------	-----	-----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

53	LETRA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO (INTERNO) • Material: Acrílico preto, bordô ou cinza 10mm • Tamanho das letras: conforme o Manual de Identificação. • Formato das letras: conforme o Manual de Identificação. • Fixação das letras: o fornecedor deverá se responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários.	m ²	300	350		
----	---	----------------	-----	-----	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

54	MOLDURAS PARA FOTOGRAFIA S - Material: MDF • Espessura da moldura: 5mm. • Forma: retangular • Vidro anti- reflexo • Tamanho da moldura montada com vidro e foto: 31cm largura x 39,7cm de altura. • Paspatur preto de 3 cm, deverão seguir o layout fornecido pela Secretaria. • Fixação da moldura: o fornecedor deverá montar as molduras, fixar as fotografias e suas identificações, bem como se responsabilizar pela instalação, na parede, das mesmas com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme indicação no	UND	80	100	
----	---	-----	----	-----	--



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

55	Panfletos - composto de uma folha só, sem dobras. Formato A5(15x21cm) para uso em propaganda explicativa. 4X4Cores, fotolito 300 dpi. Papel couchê 120 g/m2.	UND	4.500	5.000		
56	Placa em adesivo vinil em impressão digital colorida aplicado no PVC expandido 2mm	m2	80	100		
57	Placa em adesivo vinil em impressão digital colorida aplicado no PVC expandido 3mm	m2	80	100		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

58	PLACA EM ACRÍLICO/IDENTIDADE ORGANIZACIONAL (Parafusada, botão francês) Espessura da chapa: 4mm. Tamanho da placa: 150mm x 100mm. Cores: cristal, conforme o solicitado pelo órgão demandante	UND	40	50		
59	PLACA EM ACRÍLICO/AÉREA INDICATIVA (Parafusada, gancho, linha nylon) (modelo: placa em acrílico 4mm) Material: Acrílico cristal; Espessura da chapa: 4mm. Tamanho da placa: 80cm x 50cm. Cores: cristal, conforme o solicitado pelo órgão demandante.	UND	40	50		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

60	<p>PLACA INDICATIVA DOS SETORES</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: PVC• Espessura da chapa: 4mm• Tamanho da placa: 40 cm de largura por 13,5 cm de altura.• Cores: Conforme o solicitado pelo órgão demandante.• Material do desenho e dos textos: adesivo transparente espelhado, em cores.• Formato das letras: o texto da placa e a fonte deverão seguir conforme o solicitado pelo órgão demandante.• Tamanho das letras: 40cm de largura por 13,5cm de altura, conforme o solicitado pelo órgão demandante• Fixação da placa: por meio de 4 parafusos prolongadores, (os parafusos e porcas deverão	UND	50	60	
----	--	-----	----	----	--

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

61	PORTA BANNER EM TRIPÉ Características Gerais: Porta Banner; Simples; Com garra; Pedestal em alumínio anodizado, com tripé regulável na altura e pés articulados.	UND	8	10		
62	Pen Drive Personalizado tipo pulseira, material emborrachado com área para gravação da marca destino Acre com 4cm e/ou 6cm, medida da Peça: 22cmx2cm interface, USB 3.0 capacidade de Armazenamento 64GB. Compatível com sistema operacional, Windows, Linux e MacOS.	UND	450	500		
63	Placas QR Code: placas de acrílico para mesa, tamanho aproximado de 14 cm x 21 cm;	UND	80	100		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

64	PLOTAGEM COLORIDA DE MAPAS - Plotagem colorida de mapas. Tamanho A3	UND	180	200		
65	Produção Outdoor - Produção e veiculação de outdoor em papel p/v, medindo 9x3. Pelo período de bi semanas (28 dias). Na cor e modelo fornecido pelo órgão; Local de exposição a ser definido pela secretaria.	UND	12	15		
66	TOTEM DUPLA FACE (adesivado) (modelo: totem em PVC ACM adesivado) colorido 4x4 cores, conforme o solicitado pelo órgão demandante.	m ²	18	20		
VALOR TOTAL					R\$	

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

objeto da contratação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

3.1. Vincula-se a esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência, Edital, Proposta do Contratado, eventuais anexos dos documentos supracitados.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.363/2023, Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis.

5. CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DO CONTRATO

5.1. DO CONTRATO

5.1.1. A Administração convocará regularmente a empresa vencedora para assinar o termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.1.2. O Termo de Contrato poderá ser substituído pela Nota de Empenho que formalizará para todos os efeitos o contrato ajustado pelo Estado, nos casos dispensa de licitação em razão de valor ou compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. DA VIGÊNCIA

5.2.1. O Termo de contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura, e sua duração ficará adstrita ao exercício 2026 e subsequentes, em caso de renovação contratual dentro dos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1.1. Em consonância com o Art. 122, caput, da Lei nº 14.133/2021, não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

6.2. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.2.1. Em consonância com os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, não será exigida a prestação de garantia na contratação.

6.3. DA AMOSTRA

6.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

6.4. VISTORIA

6.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - LOCAL DO FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1. Os materiais deverão ser entregues na Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo - SETE, com sede na Av. Floriano Peixoto nº 470, Centro, Rio Branco/AC, CEP.: 69.900-046.

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZO PARA INICIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. Até 10 (dez) dias a contar do recebimento da Ordem de Entrega emitida pela CONTRATANTE.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES PARA AQUISIÇÃO

9.1. Os materiais deverão ser novos e entregues em suas embalagens originais lacradas, se for o caso, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo ainda estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

9.2. Não serão recebidos os materiais com especificações em desacordo com as constantes neste Termo de Referência.

9.2.1. a) A Empresa contratada deverá entregar o material em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

9.2.2. b) O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

9.2.3. c) No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

9.2.4. d) Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

10.1.1. a) **Provisoriamente:** Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

10.1.2. **b) Definitivamente:** Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

10.1.3. c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.1.4. d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

10.1.5. e) A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

10.1.6. f) No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.

10.1.7. g) O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90)

10.1.8. h) Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.

10.1.9. i) Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

11.1. As despesas decorrentes da referida contratação ocorrerão na seguinte Dotação Orçamentária;

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
Programa de Trabalho: 11 49 00 00, 11 50 00 00, 11 51 00 00 e 21 79 00 00;	Elemento de Despesa: 33.90.30.00 (Material de Consumo) e 33.90.39.00 - (Serviços de Pessoa Jurídica);	Fonte de Recurso: 15000100 (Recursos Próprios – Ordinários)

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento dos serviços efetivamente realizados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

12.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

12.3. Os empenhos são feitos através do sistema da Secretaria de Estado da Fazenda, portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema, que pode ser feito da seguinte forma: 1. Formulário de Cadastro de Credor Pessoa Jurídica, devidamente preenchido e assinado pelo titular, sócio ou procurador legal da empresa através do link: <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434> (Pessoa Jurídica - Inclusão). 2. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica (CNPJ). 3. Ficha de Inscrição e Atualização Cadastral (FAC) (quando se tratar das classes “9 – Fornecedor” e/ou “12 – Prestador de Serviços”). 4. Comprovante de Endereço atualizado. 5. Documentos pessoais do titular, sócio ou procurador legal da empresa: RG, CPF e Comprovante de Endereço atualizado. 6. Comprovante da conta com a identificação da instituição bancária e com o nome completo do credor, tais como: contrato de abertura da conta, extrato atualizado, comprovante de depósito ou cartão da conta (frente e verso), a fim de se comprovar que a conta corresponda à conta bancária indicada no Formulário. Documento de Arrecadação Estadual – DAE (Taxa de Expediente – R\$ 37,26), acompanhado de seu comprovante de pagamento ou autenticação bancária; (Código DAE: Tipo de receita - 41 (Taxa de Expediente), Código Classe - 41 - 2 (Requerimentos referentes a pedidos diversos), Código sub classe - 41 - 2 - 10 (Inscrição no Cadastro de Credores), Código do nível - 41 - 2 10 - 2 (Pessoa Jurídica) e Código do subnível - 41 - 2 - 10 - 2 - 1 (Inclusão)).

12.4. Para credores de outros Estados, os formulários, as cópias da documentação e o comprovante do pagamento podem ser enviados para o endereço de e-mail: cadastrodecredoresac@gmail.com para a efetivação do cadastro.

12.5. **O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:**

12.5.1. **Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo - SETE**

12.5.2. **End.: Rua Floriano Peixoto, nº 470, Bairro Centro - CEP 69.900-046 - Município de Rio Branco - Acre.**

12.5.3. **CNPJ: nº 13.127.442/0001 - 45**

12.6. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal dos serviços prestados, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

12.7. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

12.8. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

12.8.1. $EM = N \times VP \times I/365$), onde:

12.8.2. EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

12.8.3. N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

12.8.4. VP = Valor da parcela em atraso; e

12.8.5. I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

12.9. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na SETE, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

12.10. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

12.11. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

12.12. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

12.13. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

13.3. À Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

13.4. Enquanto eventuais solicitações de revisão/reajuste de preços estiverem sendo analisadas, a **Contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais e os pagamentos serão realizados aos preços**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

vigentes.

13.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido;

13.6. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

13.7. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

13.8. **DA REVISÃO**

13.8.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.8.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

13.8.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.8.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

13.8.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.8.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

13.9. **DO REAJUSTE**

13.9.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

13.9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, **os preços contratados poderão sofrer reajustes após um ano**, aplicando-se o índice IGPM ou IPCA, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

Administração.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. A empresa contratada ficará obrigada a trocar, imediatamente, os materiais que vierem a ser recusados, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE
- 14.2. A Contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita entrega dos materiais;
- 14.3. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros;
- 14.4. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 14.5. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de validade;
- 14.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.7. Substituir, corrigir, remover às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, os materiais com avarias ou com prazo de validade vencidos;
- 14.8. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 14.9. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 14.12. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 14.13. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objetivo da Ata de Registro de Preços/Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

- 15.1. Permitir acesso dos empregados do contratado ao local de fornecimento do material;
- 15.2. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado;
- 15.3. Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição dos materiais;
- 15.4. Receber e conferir os materiais com base nas especificações contidas no Edital e anexos;
- 15.5. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de designação de fiscal;
- 15.6. Atestar os materiais recebidos, mediante relatório circunstanciado;
- 15.7. Notificar o fornecedor sobre eventuais atrasos na entrega dos materiais e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste termo de referência, no edital ou no contrato;
- 15.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que as empresas vencedoras entregarem fora das especificações deste Termo de Referência, no Edital ou Contrato;
- 15.9. Devolver os materiais que, recebidos provisoriamente, apresentarem discrepância em relação às especificações contidas neste Termo de Referência, no Edital ou Contrato;
- 15.10. Solicitar reparação/substituição dos materiais do contrato que apresente vício aparente ou oculto e defeito de fábrica;
- 15.11. Fornecer as artes gráficas para impressão ao contratado por e-mail; ou com uso de serviços de armazenamento em nuvem;
- 15.12. Aplicar ao fornecedor as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, em caso de descumprimento contratual;
- 15.13. Efetuar o pagamento dos materiais nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, Edital e Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

- 16.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração nos termos do art. 117, da lei nº 14.133/2021 e art. 18, XXI, § 3º, do Decreto nº 11.363/2023, tendo suas portarias de nomeação publicadas no Diário Oficial do Estado do Acre (DOE/AC).
- 16.2. Serão anotados em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 16.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante designado deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 16.4. Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos contratuais, se necessário e devidamente justificado;
- 16.5. Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

- 16.6. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;
- 16.7. Recusar objeto diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos.
- 16.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 16.10. **Do gestor de contrato (art. 15 do Decreto Estadual nº 11.363/2023):**
- 16.10.1. O gestor de contrato será o gerente funcional, designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:
- a) solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário.
 - b) emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual.
 - c) indicar os fiscais de contrato e seus substitutos.
 - d) dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização.
 - e) quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual.
 - f) acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato.
 - g) analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato.
 - h) observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

Pública e planejamento orçamentário-financeiro.

- i) decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública.
- j) quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais.
- k) analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato.
- l) tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução.
- m) exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência.
- n) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato.
- o) emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato.
- p) acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.
- q) elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública.
- r) receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- s) efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP.
- t) preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.
- u) Nas ausências e impedimentos dos fiscais de contrato titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá designar fiscal de contrato provisório, preferencialmente dentre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.
- v) Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o fiscal de contrato provisório deverá necessariamente preencher os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.
- w) O gestor de contrato deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público pertencente ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante.

16.11.

Do fiscal de contrato (art. 16, 17, 18, 19 e 20 do Decreto Estadual nº 11.363/2023):



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

- a) O fiscal de contrato, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, será designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.
- b) O fiscal de contrato deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- c) A função de fiscal de contrato/ATA deverá ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato/ATA quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:
 - d) prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato/ATA, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
 - e) juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ATA, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - f) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato/ATA, determinando prazo para a correção;
 - g) proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato/ATA, quando couber o objeto;
 - h) informar ao gestor de contrato/ATA, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
 - i) comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
 - j) adotar as medidas preventivas de controle do contrato/ATA, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras, quando couber o objeto;
 - k) realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
 - l) proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada, quando couber o objeto;
 - m) determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

- n) exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando couber o objeto;
- o) determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- p) receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras, quando couber o objeto;
- q) emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;
- r) verificar a correta aplicação dos materiais;
- s) requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos, quando couber o objeto;
- t) realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- u) propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;

16.12. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couberem:

16.14. os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

16.15. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

16.16. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

16.17. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

16.18. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

16.19. a satisfação do público usuário.

16.20. O fiscal de contrato/ATA deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.21. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

16.22. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no edital e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.22.0.1. Nos contratos de maior complexidade ou que demandem variadas áreas de conhecimento, poderá ser instituída comissão de gestores ou fiscais de contrato para acompanhamento da execução contratual.

16.22.0.2. Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ata de registro de preços, conforme o art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

17.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ANTICORRUPÇÃO

18.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

18.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

18.3. **Canal de Denúncias:** A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (SECRETARIA), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

18.4. **E-mail: Telefone: WhatsApp: Endereço:** " (Canais de Comunicação com Órgão Demandante).

19. CLAUSULA DÉCIMA NONA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

- 19.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.
- 19.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.
- 19.4. Em caso de rescisão, fará *jus* a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- 19.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:
- 19.6. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 19.7. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 19.8. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 19.9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;
- 19.10. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.
- 19.11. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira;
- 19.12. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21).
- 20.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

- 20.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada “**se houver**”, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
- 20.4. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 20.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).
- 20.6. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).
- 20.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.
- 20.8. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.
- 20.9. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.
- 20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021;
- 20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.
- 20.13. O valor da **multa aplicada após regular processo administrativo**, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão indicado no item 4 deste Termo de Referência, **acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês**.
- 20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações - SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

- 20.15. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 20.16. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.
- 20.17. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.
- 20.18. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.
- 20.19. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.
- 20.20. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo, até 48 (quarenta e oito) horas anterior à data prevista para a execução do serviço e ou fornecimento do materiais.
- 20.21. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:
- 20.21.1. Advertência;
- 20.21.2. Multa;
- 20.21.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 20.21.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 20.22. **A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:**
- 20.23. 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;
- 20.24. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;
- 20.25. 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e,
- 20.26. 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE

MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ANTICORRUPÇÃO

21.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

21.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

21.3. **Canal de Denúncias:** A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (SECRETARIA), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

21.4. **E-mail: Telefone: WhatsApp: Endereço:** " (Canais de Comunicação com Órgão Demandante).

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

22.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS VEDAÇÕES

23.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em Lei.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

24.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Estado do Acre, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021 e no art. 259 do Decreto 11.363, de 2023.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

25.1. Obedece a pressupostos dispostos no Decreto Estadual nº 11.363 de 22 de dezembro de 2023 e lei Federal 14.133/2021

25.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

25.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

- 25.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 25.5. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 25.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 26.1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:
- a) O Edital da Licitação na modalidade ao Pregão Eletrônico SRP Nº XXXXXXXX e seus anexos.
 - b) A proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 26.2. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, etc., correrão por conta da CONTRATADA;
- 26.3. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 26.4. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO

- 27.1. O foro do presente contrato será o da Comarca de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, excluído qualquer outro. E por estarem de acordo com as disposições contidas no presente contrato, assinam este instrumento.
- 27.2. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade.

MARCELO MESSIAS DE CARVALHO
Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo - SETE
Decreto nº 2.122-P, 1º de Março de 2023
CONTRATANTE



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO - SETE
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000004/2026

XXXXXXXXXX

CONTRATADA

ASSINADO SOMENTE PARA ANÁLISE JURÍDICA



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA DA SILVA**, em 23/04/2026, às 11:42, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP58C8FE 4365A087 98115124 C2B7B944** e código CRC **C0CE3F**